

Ata da Reunião Ordinária do Comitê LGBT – 18/12/2019

No dia dezoito de dezembro, do ano de 2019, no Palácio das Araucárias, Rua Jacy Loureiro de Campos, s/n - Centro Cívico, nesta Capital, deu-se início à Reunião Ordinária do Comitê de Acompanhamento da Política de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado Do Paraná (Comitê LGBT - PR). Fizeram-se presentes os(as) **Titulares Governamentais:** Ana Raggio (SEJUF); **Suplentes Governamentais:** Ana Felícia Bodstein (SEJUF); **Titulares da Sociedade Civil:** Lucas Siqueira (Grupo Dignidade); **Convidados(as)/Observadores:** Fabian Algante (PDT-Diversidade), Karollyne Nascimento (Transgrupo Marcela Prado) e Janaína Plasido (CAOPDH/MPPR). Ana iniciou a reunião ordinária cumprimentando os(as) presentes e pediu para que os(as) participantes se apresentassem. Antes das discussões dos pontos de pauta, Ana informou sobre o novo quadro de funcionários da SEJUF e salientou que com a nova equipe, os encaminhamentos serão mais ágeis, afinal de contas, antes desse novo quadro, estava acumulando, sozinha, o exercício em diversas áreas do Departamento. **1. Calendário de reuniões 2020:** Ana informa que, como proposta de alteração na periodicidade das reuniões do Comitê LGBT, sugere que ela ocorra toda primeira quinta-feira do mês. Ana Felícia acrescenta que, exceto em dezembro, que seria agendado para a segunda semana do mês. Todas as reuniões vão acontecer no Palácio das Araucárias na sala do quinto andar, ala B. Ademais, Ana indica que em futuras reuniões, podem ser transmitidas aos escritórios regionais, abrindo a possibilidade de reuniões abertas em que os movimentos LGBT de cada região possam comparecer aos escritórios regionais e participarem, ficando acordado, que, em Março, aconteça a primeira videoconferência. Ana apresentou quais municípios possuem escritórios regionais. Karollyne informa que pode fazer a articulação com os movimentos de cada Município. **2. Minuta da Resolução de criação da Rede de Atenção:** Ana começa a discussão do ponto de pauta, informando que, em 2018, foi firmado um Protocolo de Intenções para criação de uma Rede de Atenção, pelas seguintes instâncias: SEJUF, SESP, SEED, SESA, UFPR, MPPR, Defensoria Pública do Paraná, OAB e o Município de Curitiba. Uma das possibilidades seria



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

firmar a Rede por meio de um Termo de Cooperação, o que faria o documento tramitar em todas as instâncias. Portanto, caso alguma instância recomendar qualquer alteração, a mesma deverá ser repassado às demais e a Rede não será criada até que o documento trâmite por todas. Com essa dificuldade em vista, foi escolhida uma outra opção, similar ao Pacto Nacional de Enfrentamento a LGBTfobia, criado pelo Ministério dos Direitos Humanos no governo Temer, o qual instituiu uma portaria para esse Pacto e quem pretenda aderi-lo, através de termo de adesão ao Pacto. Portanto, a ideia seria a Rede de Atenção ser criada via Resolução da SEJUF e, mediante termo de adesão. Assim sendo, a não adesão de algumas instância não impossibilitaria a criação da Rede de Atenção. Ana apresentou a nova proposta de criação, informando que minuta de resolução para a criação da rede está basicamente nos mesmos formatos do protocolo de intenções. Como anexo, é encaminhado o termo de adesão, voltado para firmar a Rede com cada uma das instituições e, anexo a ele, o plano de trabalho que define quais as competências dos partícipes da rede. Após esse envio do plano de trabalho, a SEJUF consegue estabelecer o fluxo da Rede. Ademais, informa que o MP, a Defensoria e a OAB já enviaram suas competências. Ana fez a leitura da Minuta de Resolução que cria a rede de atenção a casos de violência. Durante a leitura, alguns detalhes foram sendo pontuados, ao que se segue: como não era possível acrescentar ao Termo de Adesão uma Entidade Federal, ficou intitulado Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas; Na construção do Protocolo de Intenções, as ONGs não foram incluídas e, agora, foram incluídas. O Comitê concordou com a inclusão; No artigo 4, foi incluída a criação de instâncias de referências para recebimento, adoção de providência e acompanhamentos do caso, portanto, é necessário ter alguém de referência dentro da instituição. Como redação, o Comitê achou melhor “definir instâncias”, ao invés de “criar instâncias”. Após isso, Ana fez a leitura do termo de adesão à rede. Como prazo de vigência ao termo, foi considerado três anos, que é a duração da atual gestão. Todavia, Ana irá verificar a possibilidade de um prazo indeterminado. Janaína sugere que exista um prazo e, o mesmo, seja prorrogável. Ana adicionou ao texto que a prorrogação seja requisitada pelas partes e, sem tempo de duração específico. **3. Atualização Plano Estadual de Promoção e**

Defesa dos Direitos LGBT: Ana informa que as ações do Plano Estadual haviam sido definidas entre Outubro e Novembro, nas três reuniões realizadas sobre o tema. As ações foram distribuídas de acordo com cada competência das Secretarias. Sendo assim, agora, o Comitê irá recomendar para as respectivas Secretarias que adotem as ações para atualização do Plano Estadual. Esse envio será realizado junto a SEJUF, aplicando mais peso à recomendação. Como resposta, cada Secretaria poderá informar o planejamento de execução das ações e também quais serão suas metas. Assim sendo, o Comitê poderá realizar uma fiscalização da execução das ações e cumprimento das metas. Após essas explicações, Ana leu as respectivas ações de cada Secretaria. Primeiro, foi lido o texto inicial que é padrão para todas as Secretarias. As primeiras ações lidas eram da SEJUF. Após um questionamento da Karollyne, Ana informa que foi distribuída uma ação por Secretaria em cada mês, tentando maior visibilidade à área LGBT. Posteriormente, foi feita a leitura das ações da SEED, tanto na educação, quanto no esporte. Fabian sugere que seja expandido para cursos de extensão e eventos periódicos. Foram lidas as ações da SESA, em seguida da SESP. Karollyne sugeriu a inclusão de uma pauta para criação de campos para identidade de gênero nos sistemas do IML. Fabian propõe que o Corpo de Bombeiros tenha em seus protocolos de atendimentos de emergência, condições de identificar a população Trans.

4. Relatório de Boletins de Ocorrência de 2018 e 2019 com natureza “homofobia”: O relatório requisitado por Lucas não foi respondido pela SESP. O comitê decidiu por enviar um novo ofício requisitando os dados, ou, o envio do relatório.

5. Conferência Estadual LGBTI+: Lucas, que requisitou o ponto de pauta, questiona sobre a ocorrência da Conferência Estadual, tendo em vista que a nacional pode não ocorrer. Ana relata que a recomendação dentro do Fonges é de não realizar as Estaduais e incidir na realização da Nacional. Janaína questiona sobre a possibilidade da Conferência Estadual realmente acontecer. Ana responde que segundo apontam, ela irá ocorrer, mas não se sabe quando. Ademais, salienta que, caso seja realizada a Nacional, e a Estadual esteja em construção, ela teria que ser realizada novamente

6. Capacitação em delegacias sobre a criminalização da LGBTifobia pelo STF: Com a criminalização da homofobia pelo STF, Lucas questiona como ficou a situação das delegacias, se eles receberam algum comunicado ou



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, TRABALHO E DIREITOS HUMANOS – SEJU

CONSELHO PERMANENTE DE DIREITOS HUMANOS – COPED

protocolo de atendimento. Janaína informa que foi enviado um Ofício pelo CAOP Direitos Humanos em outubro ou novembro e foi respondido que eles estavam criando uma Nota de Instrução sobre esse assunto, além de estarem ampliando os BO's para esses registros. Em janeiro será reiterado o ofício pedindo a Nota de Instrução. Ademais, também foi questionada sobre a capacitação dos funcionários. Segundo aponta, eles haviam argumentado que estavam criando um documento para a identificação da população LGBT, o que, segundo Janaína aponta, não faz sentido, afinal, não existe nenhum documento que “identifica pessoas negras”, por exemplo. **7. Retomada do Grupo de Trabalho LGBT da SESP:** Ana afirma que foi enviado um ofício reiterando a SESP sobre a criação do GT e, segunda ela, as nomeações governamentais foram indicadas, contudo, a sociedade civil não foi convocada. Além disso, órgãos como a própria SEJUF e MP não foram chamados a participar. Janaína informa que o protocolo sobre a nomeação foi encerrado sem a nomeação de pessoas externas. Também informa que SESP expediu um ofício ao MP falando que as nomeações já foram realizadas, entretanto o ofício ainda não chegou ao MP. Ademais, indica que assim que chegar o ofício, será questionado o motivo e, também, informações sobre as indicações da sociedade civil e membros externos. Como encaminhamento, Ana informa que irá enviar dois novos ofícios reiterando as seguintes situações: a necessidade da criação de um protocolo para implementar a decisão do STF e questionando novamente sobre o Grupo de Trabalho. Retomando o assunto do plano, Ana assinala que o Comitê precisa criar uma recomendação voltada às Secretarias de Estado, que precisarão adotar as sugestões indicadas, como forma de atualização do Plano Estadual. A construção deste documento foi feita em conjunto durante o final da reunião, que, em seguida, se deu por encerrada. A presente ata foi lavrada por Matheus Petris e revisada pela servidora Ana Raggio.